



## PARACER JURÍDICO

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo n.º 022/2025

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação n.º 019/2025

**ASSUNTO:** Parecer jurídico final sobre a contratação direta, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e Decreto 12.343/2024

*ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, II, DA LEI N.º 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS PARA O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISPENSA. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.*

### I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bernardo Sayão, que visa a prestação de serviços locação e suporte técnico dos sistemas 1.1 Gestão de solicitação por categoria; 1.2 Controle de limite de licitação por categoria; 1.3 Controle do Orçamento; 1.4 Gestão de Diárias; 1.5 Gestão de Patrimônio; 1.6 Gestão de Frota; 1.7 Gestão de almoxarifado; 1.8 Gestão Protocolo; Publicação dos dados no portal da transparência. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Bernardo sayão – TO no exercício de 2025

Além disso, o procedimento foi instruído com os documentos exigidos no artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021, incluindo:

1. Documento de formalização de demanda;
2. Estimativa de despesa;
3. Justificativa de preço;
4. Termo de referência
5. Declaração de disponibilidade orçamentária;
6. Documentação de habilitação da empresa contratada;
7. Publicação oficial do aviso de contratação direta, respeitando o prazo de 3 (três) dias úteis, conforme §3º do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021.

Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar **parecer jurídico conclusivo**, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei n.º. 14.133/2021

*[Handwritten signature]*  
Assessoria Jurídica  
Bernardo Sayão-TO



É que merece ser relatado. OPINO

## II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 11.871/23, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

### Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto 11.871/2023 – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos.)

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e na celebração do contrato, em conformidade com as exigências da legislação vigente. A Lei nº 14.133/2021, que rege as Licitações e Contratos Administrativos, estabelece um procedimento especial e simplificado voltado à escolha do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

No caso em comento, busca-se a prestação de serviços locação e suporte técnico dos sistemas 1.1 Gestão de solicitação por categoria; 1.2 Controle de limite de licitação por categoria; 1.3 Controle do Orçamento; 1.4 Gestão de Diárias; 1.5 Gestão de Patrimônio; 1.6 Gestão de Frota; 1.7 Gestão de almoxarifado; 1.8 Gestão Protocolo; Publicação dos dados no portal

*[Handwritten signature]*  
14.133/2021



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO



da transparência. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Bernardo sayão – TO no exercício de 2025, cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda.

O valor estimado para a aquisição, conforme Termo de Referência, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente contratação ficou no valor de R\$ 11.348,00 (onze mil trezentos e quarenta e oito reais), assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

### III - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O procedimento licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação, foi conduzido em observância ao que dispõe a Lei nº 14.133/2021, com a devida instrução processual composta por: Documento de Formalização de Demanda, Estimativa de Despesa, Justificativa de Preço, Termo de Referência, Declaração de Disponibilidade Orçamentária, além da Documentação de Habilitação da Empresa Contratada. Ressalta-se ainda a publicação oficial do aviso de contratação direta, respeitando-se o prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do §3º do artigo 75 da referida Lei.

Constata-se que o processo licitatório ocorreu regularmente, com a realização de cotação de preços, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. Entre as propostas apresentadas, a empresar **LUANA DIAS FERNANDES ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 31.638.924/0001-41**, foi a que apresentou a **proposta mais vantajosa** para a Administração, no **valor de R\$ 9.744,00 (nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais)**, com o menor preço, sendo devidamente habilitada após a análise da documentação.

Todas as documentações exigidas no edital, necessárias para a habilitação jurídica, foram devidamente enviadas pela empresa, em total conformidade com a legislação vigente e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

Foram apresentados: As certidões negativas de débitos exigidas no edital.

Desta forma, confirma-se o cumprimento integral e detalhado das exigências jurídicas e regulamentares pertinentes ao procedimento licitatório, garantindo-se a entrega de todas as documentações em conformidade com as normas legais aplicáveis.

Diante disso, verifica-se que a empresa **LUANA DIAS FERNANDES ME**, inscrita no CNPJ sob nº 31.638.924/0001-41, foi devidamente habilitada pelo Agente de Contratação, não havendo qualquer indício de irregularidade na documentação apresentada.

Portanto, o presente processo licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação, seguiu rigorosamente os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, não sendo identificado

Avenida Antônio Pescazi nº 378, Centro  
CNPJ nº 25.086.596/0001-15

Fone nº (63) 3422 1241

Bernardo Savão- TO





ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO



qualquer vício que pudesse ensejar ilegalidade ou ofensa aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência que regem a atividade administrativa. Assim, é devida a realização da homologação final.

#### IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação da empresa LUANA DIAS FERNANDES ME, inscrita no CNPJ sob nº 31.638.924/0001-41, no valor de valor de R\$ R\$ 9.744,00 (nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais), para prestação de serviços locação e suporte técnico dos sistemas 1.1 Gestão de solicitação por categoria; 1.2 Controle de limite de licitação por categoria; 1.3 Controle do Orçamento; 1.4 Gestão de Diárias; 1.5 Gestão de Patrimônio; 1.6 Gestão de Frota; 1.7 Gestão de almoxarifado; 1.8 Gestão Protocolo; Publicação dos dados no portal da transparência. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Bernardo sayão – TO no exercício de 2025, por meio de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

**Recomendo** ao departamento licitatório, em especial a agente de contratação desta municipalidade, que antes da homologação e firmamento do contrato, utilize-se da terceira linha de defesa do *art. 169, inciso III*, da lei 14.133/2021, para emissão de parecer de controle preventivo, afim de que faça a reanalise todo certame licitatório e faça os apontamentos necessários, caso houver.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Bernardo Sayão, 14 de fevereiro de 2025.

  
**BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUI**

QAB/TO-5982

Avenida Antônio Pesconi nº 378, Centro.

CNPJ nº 25.086.596/0001-15

Fone nº (63) 3422 1241

Bernardo Sayão- TO

  
Brenno de Araujo Albuquerque  
QAB/TO-5982



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO



ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 025/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 19/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Comissão de Contratação que prevê que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, INC. II, da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DESPESA DE LICITAÇÃO 19/2025, nos termos descritos abaixo:

**Objeto** Prestação de serviços locação e suporte técnico dos sistemas

- 1.1 Gestão de solicitação por categoria;
- 1.2 Controle de limite de licitação por categoria;
- 1.3 Controle do Orçamento;
- 1.4 Gestão de Diárias;
- 1.5 Gestão de Patrimônio;
- 1.6 Gestão de Frota;
- 1.7 Gestão de almoxarifado;
- 1.8 Gestão Protocolo;

Publicação dos dados no portal da transparência. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Bernardo sayão – TO no exercício de 2025.

**Contratado:** LUANA DIAS FERNADES (CONTROL CID TECNOLOGIA), CNPJ 31.638.924/0001-41, com endereço na Quadra 1306 Sul Al. 04, Lt. 28 Ql. 09, Plano Diretor Sul, CEP 77024-559, Palmas/TO, telefone para contato: (63) 98465-1843, neste ato representado pelo responsável legal Srª LUANA DIAS FERNADES.

**Valor Total:** R\$ 9.744,00 (nove mil e oitocentos reais)

**Fundamento Legal:** Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Determino ainda que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Bernardo Sayão – TO, 14 de fevereiro de 2025.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BERNARDO SAYÃO,  
CNPJ N.º 13.055.273/0001-85  
ELISZÂNGELA ALVINO DA SILVA ANTUNES  
Secretária de Assistência Social  
CONTRATANTE